

Militares cearenses contrariando a Ditadura Militar: uma abordagem necessária (1964-1985)

FLÁVIO DA CONCEIÇÃO*

“Sargento também é povo”
(Campanha da legalidade, 1961)

“é um triunfo da vida que a memória dos velhos se perca para as coisas que não são essenciais, mas raras vezes falhe para as que de verdade nos interessam.”
(Gabriel García Márquez)

Nacionalismo, indisciplina e cultura política

O período do Regime Militar (1964-1985) suscita sempre novos questionamentos, embora muitos documentos ainda não estejam totalmente disponíveis, o assunto exige dos pesquisadores e da sociedade brasileira acompanhamento dos novos fatos que surgem, porque são do interesse da história do país. Antes de propor uma reflexão acerca dos militares cearenses nesse processo histórico, é necessário compreender e perceber o chão histórico que não pode ser limitado ao período do golpe em março de 1964. Existem outros fatores a serem levados em conta e a cultura política pode contribuir nesse sentido.

Dessa forma, nos bastidores das Forças Armadas existe um panorama histórico antecedendo o Regime Militar instaurado em 1964 que deve ser apreendido e problematizado, porque, segundo Jorge Grespan, mesmo com o fim do Estado Novo em 1945 “a nova diretoria do Clube [Militar] organiza debates sobre o processo do petróleo e sobre a industrialização brasileira, opondo-se (...) ao capital estrangeiro”(GRESPLAN, 2007:201). O quadro político e militar que antecede o golpe em 1964 é rico em discussões, havendo dentro dos quartéis nacionalismo e indisciplina, mas é comum termos mais conhecimento das posições

*Mestrando no Curso de Mestrado em História da Universidade Estadual do Ceará e bolsista da Capes.

conservadoras dos militares fiéis à disciplina e à hierarquia. A discussão que se apresentada objetiva demonstrar os militares contrariando o regime instaurado.

José Murilo de Carvalho apresenta de maneira exemplar esse longo período histórico, demonstrando os militares perseguidos por Getúlio Vargas entre 1931 e 1938 ao ponto de cerca de 624 oficiais e 1875 praças serem excluídos do Exército (CARVALHO, 2005:85). O período em discussão e os dados são pertinentes para evidenciarem uma cultura política entre os militares.

O presente artigo não intenciona problematizar o processo histórico entre a Revolução de 1930 e o início do Regime Militar em 1964 tendo como resposta a cultura política, objetiva perceber e discutir aspectos visíveis nas fontes e na bibliografia práticas de cultura política no Brasil e, principalmente, no Ceará anos antes e depois do Golpe de 1964.

A “formação” de uma cultura política durante a Era Vargas é reforçado na década de 1950 e, sobretudo, na década de 1960. Levando em conta que a “cultura política não é imóvel”, como salienta Serge Berstein, mas sim “corpo vivo” (BERSTEIN, 1988:357), ou seja, ela se apresenta no momento em que existe um processo histórico de maneira que permita sua sedimentação. José Murilo de Carvalho aprofunda esse processo afirmando que a Era Vargas pode ser “definida de maneira ampla como o período que vai de 1930 a 1964, (...) marcado por mudança radical nas relações entre o presidente e as Forças Armadas”(CARVALHO, 2005:102).

O autor defende ainda que entre 1930 e 1937 estabeleceu-se uma relação de “namoro” com as Forças Armadas, já entre 1937 e 1945 foi a fase da “lua-de-mel” e nos últimos anos do Estado Novo ocorreu o processo de “divórcio” que caracterizou a terceira fase entre 1945 e 1964.

O último momento é pertinente para perceber os militares fortalecidos no poder e, para o autor, “Vargas foi incapaz de entender as características da nova organização militar que ajudara a criar”, permitindo que o “feitiço voltara-se contra o feiticeiro” (Ibid., pp.116-117).

Segundo Carlos Antônio Peixoto, isso ocorreu em função da “inserção das Forças Armadas no processo político” (PEIXOTO, 1980:34). Nesse sentido, o “divórcio” e a participação política dos militares permitiram que se fortalecessem no poder e interferissem segundo seus interesses.

Houve também militares que se aproximaram das ideias de esquerda, do legalismo e do nacional-desenvolvimentismo, muitos eram favoráveis às propostas varguista, por isso, seus herdeiros políticos, como Juscelino Kubitschek e João Goulart tiveram relevante apoio de parte dos militares. A identificação política dos militares com esses herdeiros da política varguista garantiram a permanência deles no poder, a exceção foi o João Goulart.

Compreendendo que a cultura política é gestada de maneira mais evidente ao longo do tempo, pois é “um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração”, havendo uma “diversidade de culturas políticas existentes competindo (...) complementando-se, entrando em rota de colisão” e com a “possibilidade de emergência de uma cultura política dominante”. Ainda assim, permitem “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos”(GOMES, 2007:47-48).

Entender e discutir a cultura política neste artigo não significa dar respostas conclusivas ao golpe de 1964, mas problematizar os militares absorvendo o momento histórico a partir de uma cultura política e, por isso, passaram a defender propostas concatenadas com as intenções do povo e dos movimentos sociais.

As discussões nessa perspectiva acerca dos militares contrariando a “ordem” é demonstrada por Karla Carloni em seu artigo *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*, onde salienta três momentos históricos pertinentes, um em 1955 com o general Henrique Lott a favor da posse de Juscelino Kubitschek, outro na Revolta dos Sargentos em 1963 contra a

inelegibilidade do sargento Aimoré Cavalheiro¹ e, por fim, a Revolta dos Marinheiros em 25 de março de 1964 (CARLONI, 2007:279-306).

Nessa discussão, Claudio Bezerra Vasconcelos amparando-se em José Murilo de Carvalho argumenta que “as forças armadas teriam se dividido basicamente em dois blocos: os opositores e os partidários da herança política de Vargas” (VASCONCELOS, 2007:2), ou seja, existiram militares do alto escalão em meados dos anos 1940 que foram defensores das propostas nacionalistas.

O acirramento político e histórico foi constante no Brasil e em países da América Latina e, do mesmo modo, no Ceará. Foi comum a participação dos estudantes, intelectuais, operários, professores, artistas, políticos e guerrilheiros contra o regime, em muitos momentos estavam nas ruas de braços dados, em manifestações, em outros estavam agindo e enfrentando o regime na clandestinamente.

Essa configuração é a mais conhecida, mas desde os anos 1930 haviam militares se manifestando politicamente e na década de 1960 muitos foram perseguidos de maneira mais evidente. No momento do golpe em 31 de março de 1964, muitos militares no início de abril foram presos, afastados, transferidos para a reserva ou expulsos, isso ocorreu da alta a baixa patente militar.

Carlos Fico esclarece esses dados sobre o alto escalão militar quando “O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do § 1º do artigo 7º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, transferir para a Reserva os seguintes Oficiais das Forças Armadas”, assim, nessa Resolução são transferidos do alto escalão das Forças Armadas 77 militares do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica, mas outros continuaram sendo transferidos para a reserva (FICO, 2004:332-333).

¹ Segundo a historiadora Karla Carloni a Constituição de 1946 impedia os militares das Forças Armadas de se candidatarem às eleições. As “brechas” na legislação permitiram alguns candidatos a se elegerem nas eleições anteriores a 1962. Entretanto, nas eleições de 1962 entre os três militares eleitos somente o sargento do Exército Antônio Garcia Filho conseguiu assumir o mandato em 1963, já os demais foram impedidos pelos tribunais eleitorais estaduais.

As perseguições e afastamentos ocorreram nos primeiros momentos do golpe e foram acontecendo ao longo da ditadura com outras patentes, como demonstra Maria Helena Moreira Alves, segundo a autora, entre 1964 e 1980 foram expulsos, demitidos ou transferidos para a reserva um total de 1.805 militares das Forças Armadas e da Polícia Militar, já as “prisões e suspensões disciplinares” atingiram no mesmo período 4.787 militares (ALVES, 1984:65).

As razões para essas perseguições estão relacionadas à necessidade de implantação do regime sem opositores internos nas três armas e nas polícias estaduais. Além disso, o histórico dos militares nacionalistas ou de esquerda eram comprometedores, facilitando as perseguições, como relata Nelson Sodré em suas *Memórias de um soldado*, notando a ineficácia do “dispositivo” militar organizado por militares do alto escalão fiéis ao presidente João Goulart, restando ao militar e intelectual marxista “abandonar minha residência” já que havia “falta de confiança na capacidade do governo para enfrentar o levante” (SODRÉ, 1967:568-573). São experiências relevantes de um intelectual marxista que tinha mais de três décadas de serviço no Exército brasileiro.

Os militares mais atingidos nas primeiras horas do golpe foram os marinheiros, já que estavam mais em evidência na época, pois entre 23 e 25 de março de 1964 eles fizeram uma greve contra a “precariedade do atendimento social prestado pela Marinha” (ALMEIDA, 2010:41). A Anistia dada aos grevistas por João Goulart aumentou o conflito entre os militares conservadores e defensores da disciplina, contribuindo para acelerar o golpe. Assim que este teve início, dias depois todos os marinheiros envolvidos na greve foram perseguidos e presos.

Maria Helena Moreira Alves afirma que “nos primeiros meses de 1964 cerca de 2.000 marinheiros tenham sido detidos” (ALVES, 1984:132-133) e para prejudicar mais ainda a situação desses marinheiros a “Marinha distribuiu uma nota circular ameaçando qualquer empresa que desse emprego a ex-marinheiros” (CAPITANI, 1997:90). Muitos encontraram

dificuldades de viver no Rio de Janeiro, outros tiveram que voltar para sua terra natal, muitos sem recursos.

Os números sobre militares perseguidos aumentam conforme novas pesquisas são feitas ou dados sobre anistiados são atualizados. No caso dos militares anistiados da Aeronáutica, até o momento somam 2.182.² Os números apresentados pela pesquisadora Maria Alves e por militares anistiados da Força Aérea Brasileira (FAB) demonstram muitos militares afastados pelo regime, devido quebra da hierarquia e a discordância com o golpe, mas infelizmente suas atuações são pouco conhecidas, necessitando serem discutidas pela história, pois trata-se de uma “lacuna” nas problematizações e pesquisas desenvolvidas.

Marcelo Ridenti também faz uma discussão relevante sobre o assunto a partir dos levantamentos realizados no Projeto Brasil Nunca Mais, o autor percebeu nos documentos a “cifra de 1123 indiciados, dos quais 284 foram judicialmente processados, todos eles marinheiros ou fuzileiros navais” (RIDENTI, 1993:120).

Existe uma gama de informações e documentos relevantes a serem pesquisados para melhor compreender a discussão proposta neste artigo. À medida que novas fontes vão sendo coletadas, as pesquisas avançam, permitindo melhor as problematizações aqui apresentadas preliminarmente³, sobretudo, acerca dos militares cearenses.

Militares cearenses contrariando à disciplina

Embora os dados e a bibliografia sejam limitados são possíveis problematizações quando os documentos, os periódicos, a bibliografia e as fontes orais são relacionadas. O cruzamento das fontes permitiram perceber que a disciplina militar era uma exigência

²Disponível em: <<http://www.militarpos64.com.br/sitev2/wp-content/uploads/2012/01/Relacao-ANISTIADOS-MD.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2013.

³As fontes utilizadas para esta pesquisa a princípio partem dos processos existentes na Associação de Anistia 64/68, na Secretaria de Justiça do Ceará e periódicos do Estado, como a *Gazeta de Notícias*, *O Povo*, o *Unitário*, *O Estado*, a *Tribuna do Ceará* e o *Correio do Ceará*. Objetivando aprofundar a discussão, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Projeto Brasil Nunca Mais, em Campinas, serão consultados por este pesquisador.

constante no Exército cearense em 1963, com esse objetivo o general Almério de Castro Neves comandante da 10ª Região Militar relembra o Duque de Caxias em seu discurso por ser este o Patrono do Exército e, sobretudo, “pelo sentido construtivo de sua vida por ter colocado o dever militar acima de tudo até mesmo dos seus interesses particulares e convicções políticas”.⁴

O discurso foi em função de estar acontecendo nos bastidores das Forças Armadas indícios de indisciplina contra a decisão do Tribunal de Justiça que sentenciou contrário a participação política dos militares em cargos políticos.

O governador Virgílio Távora manifestou-se sobre o assunto e fez o seguinte pronunciamento ao jornal *Tribuna do Ceará*: “Tomei conhecimento dos acontecimentos de Brasília ocorridos ontem por intermédio de um rádio-amador. Determinei todas as providências necessárias pondo a polícia de prontidão. Agirei com mão de ferro ante qualquer ameaça de subversão no Ceará”.⁵ A postura do governador e do comandante demonstram a existência de militares contrariando a hierarquia.

Curiosamente a indisciplina mais significativa que esta pesquisa percebeu não foi de um militar de esquerda ou legalista, mas sim de um militar contrário às ideias comunistas e defensor da política do Carlos Lacerda, gerando a prisão por vinte e um dias do militar Hélio Lemos devido a publicação de um folheto anticomunista. Segundo Hélio Lemos o folheto foi elaborado para os “reservistas que em 16 de dezembro foram chamados à incorporação”. A capa do folheto foi apresentada em primeira página no jornal *Correio do Ceará*, destacando-se o título “44 anos de comunismo na Rússia”.

Segundo o jornal *Correio do Ceará* “a nosso ver é um documento normal de pregação anti-comunista”, negando a indisciplina do militar e mostrando-se de forma parcial diante dos fatos. O jornal publicou partes importantes do folheto, como que consentindo com as ideias do coronel. Nas partes publicadas destacavam-se algumas máximas como “O comunismo é

⁴ *Unitário* 25 de ago. 1963, p.9.

⁵ *Tribuna do Ceará* 13 de set. 1963, p.7.

imperialista!”, “O Brasil será uma nova Cuba!”, “O objetivo da Rússia é dominar o mundo” e em grande destaque afirmava que

Ser comunista é trair o Brasil e os brasileiros, em favor da Rússia, deseja dominar o mundo. Para isto, precisa de apoderar-se de nossas riquezas, a fim de fortalecer ainda mais, o seu já poderoso IMPÉRIO SOVIÉTICO! NÃO SEJAMOS TOLOS! COMUNISTA É INIMIGO DA PÁTRIA!⁶

A publicação do folheto gerou a prisão do coronel Hélio Lemos e a sua indisciplina foi defendida por parte de setores da sociedade cearense como a elite, os deputados, os militares e a imprensa, muitos passaram a lhe fazer visitas e homenageá-lo enquanto esteve preso no 23º BC.⁷ Esse aspecto demonstra os confrontos internos nos quartéis.

No processo histórico da instauração do regime os militares cearenses estiveram também na contramão da ditadura, faziam parte do Exército, da Aeronáutica e da Marinha (havendo casos de policiais civis) e por estarem envolvidos em atividades julgadas indisciplinadas foram afastados quando serviam no Rio de Janeiro e no Ceará.

Apesar dos acontecimentos se darem em 1964, na verdade, os fatos relacionados aos militares cearenses antecedem esse momento histórico, por isso, este trabalho precisa recuar até 1963, objetivando entender e analisar a existência de militares legalistas e contrários ao governo Jango. Esse processo político dentro e fora dos quartéis gerou expulsões quando houve a decretação dos Atos Institucionais I e II entre 1964 e 1965.

É um processo histórias ainda desconhecido da sociedade, do mundo acadêmico e não foram noticiadas pela imprensa, como o ocorrido em maio de 1964 na Base Aérea de Fortaleza quando “suboficiais, sargentos, cabos e soldados” se dirigiram “ao comandante da unidade”, objetivando “esclarecimentos foram respondido com prisões, punições e processo judicial” (BNM, 2001:122).

⁶ *Correio do Ceará* 6 de fev. 1964, p.1.

⁷ *Unitário* 15 de fev. 1964, p.1, *Correio do Ceará* 25 de fev. 1964, p.1,3.

Estas e outras histórias necessitam ser investigadas, analisadas e compreendidas pelo historiador de maneira que amplie as discussões, trazendo outros atores contrários ao Regime Militar. Até o momento somam mais de quarenta militares cearenses afastados ou expulsos. São dados que ainda precisam ser aprofundados, mas tendem a aumentar, pois somente na Base Aérea de Fortaleza somam 52 militares da Aeronáutica presos e anistiados no final dos anos 1980.⁸ À medida que novas pesquisas são realizadas os dados aumentam, bem como, a possibilidade de contribuição de testemunho oral.

Um exemplo dessa prática, dada a dificuldade de acessar os documentos, foi apresentada na tese de doutoramento da historiadora Wilma Antunes Maciel. O trabalho da pesquisadora é precursor, porque particulariza a discussão sobre os militares contrários ao golpe. A tese apresenta um levantamento de noventa e sete militares do Estado de São Paulo e a dificuldade de acesso às fontes fez com que a autora fosse acrescentando nomes “no decorrer da pesquisa (...) outros [a partir da] bibliografia e ainda por informações dos entrevistados” (MACIEL, 2009:17). É um caminho a ser trilhado por essa pesquisa, já que são informações de difícil acesso, mas precisam ser checadas e confrontadas com outras fontes.

É uma função do historiador permear caminhos e veredas ainda a serem traçados e narrados. É relevante a afirmação de Carlos Fico nesse sentido, porque “o desafio para os historiadores que se debruçam sobre o período da Ditadura Militar consiste em superar essa fase (...), confrontando os conflitos de memória e os enunciados aparentemente estabelecidos. Para tanto, novas fontes devem ser buscadas, notadamente aquelas de natureza sigilosa” (FICO, 2002:190-199). É um dever do historiador traçar caminhos ainda obscuros para a História.

⁸ Ibid., Acesso em 10 mar. 2013. A partir da relação de anistiados foi possível confirmar, com a ajuda do entrevistado Jamil Mota Vasconcelos, os militares cearenses seguintes: Clovis Alves de Almeida, Clovis Holanda de Vasconcelos, Dario Girão, Expedito Machado de Oliveira, Francisco Aélío de Almeida Monteiro, Geraldo de Queiroz Teixeira, Ivon Tomé de Souza, João de Xerex Frota, Francisco Martins de Souza, Geraldo de Queiroz Teixeira, José Arribamar de Souza, José Newlton Freitas, Natanael Oliveira. O contato com Francisco Gomes Soares, presente na lista, ocorreu a partir de informações prestadas pela Comissão de Anistia 64/68 na pessoa do ex-militante político Mário Albuquerque.

Objetivando esse percurso, esta pesquisa aos poucos está entrando em contato com os militares cearenses que se manifestaram em oposição ao golpe, pois são contribuições essenciais. As lacunas são comuns, porém podem ser aprofundadas com o recurso da história oral que enriquece e alimenta a história com vivência de novos atores.

Existem militares cearenses como protagonistas nesse processo histórico e Jamiro Dias de Oliveira é um exemplo disso, antes do golpe era paraquedista do Exército no Rio de Janeiro, mas em função do seu posicionamento político foi expulso, chegando a participar, em seguida, da Guerrilha de Caparaó em 1966 e da Guerrilha Urbana⁹; outro militar é o ex-sargento do Exército em Crateús, interior do Estado, Antônio Shirley Cruz Jucá que chegou a fazer parte do “Grupo dos Onze”, organizado por Leonel Brizola em 1963 (OLIVEIRA, 2009:253) e ainda o marinheiro Aloísio Gonçalves Cordeiro fotografado pela Revista *O Cruzeiro* no mês de março de 1964 carregando o almirante Aragão¹⁰, a imagem veiculada no jornal da época motivou sua expulsão quando o golpe teve início.¹¹ Estes são alguns exemplos de militares com trajetórias de vida com pertinência histórica que este trabalho pretende pesquisar levando em conta suas memórias e os processos de reparação.

No Ceará não existe uma discussão acerca dos militares, mas a bibliografia existente aponta caminhos, como o livro do pesquisador e ex-perseguido político Papito de Oliveira. O autor narra biografias de alguns militares, como Carlos Thmoskenko, Fabiani Cunha, Antônio Shirley Cruz Jucá e Manuel Ferreira dos Anjos. Outra referência importante é o livro *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972)* produzido pelo historiador Airton de Farias apresentando a atuação e envolvimento do policial civil Carlos Thmoskenko na Ação Libertadora Nacional (ALN) no Ceará.

A única obra sobre militares foi elaborada pelo major João Xavier de Holanda, discutindo brevemente a história da Polícia Militar do Ceará, desde a sua formação, no

⁹ Durante o processo de pesquisa chegou-se até o militar Jamiro Dias Oliveira a partir de conversas informais com o ex-sargento Antônio Shirley Cruz Jucá.

¹⁰ O ex-comandante do Corpo de Fuzileiros Navais Cândido Aragão era um dos militares fiéis ao presidente João Goulart e intermediador entre os grevistas da Associação dos Marinheiros e o ministro da Marinha Silvío Motta.

¹¹ Processo Anistia 64/68 Fortaleza-CE, 1 novembro de 2003.

período Colonial, até o final da ditadura em 1986. Na verdade, trata-se de um registro oficial dos fatos sem as problematizações pertinentes ao saber historiográfico (HOLANDA, 1987).

Cultura política e Memória

Os embates e o acirramento dos conflitos eram comuns durante o Regime Militar, exigindo posicionamento político, logo é um momento de gestação de culturas políticas e os militares as absorviam dada a situação histórica do país. Apesar de o soldado desde o século XVIII ser “algo que se fabrica” e “uma máquina de que se precisa”, como afirmou Michel Foucault (FOUCAULT, 2008:117), não podemos negar a existência de “relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas” (FOUCAULT, 1996:5) permitindo quebrar a disciplina ‘enraizada’ sobre os corpos. É importante entender e problematizar os militares contrariando a ordem disciplinar nos quartéis e, inevitavelmente, a ordem (a)política instaurada pelos militares durante o regime.

Jamiro Dias Oliveira, ex-paraquedista do Exército que servia no Rio de Janeiro durante o golpe, afirma que na época sua ideologia e sua influência “maior [era] de Sierra Maestra em Cuba com Guevara”. A cassação do militar e outros amigos se deram em função de posicionamentos políticos, porque, segundo o militar, o regime “estava sendo instaurado pela força.” E na época a autoridade “era o João Goulart, que era o presidente da República” representante da “autoridade constituída”.¹² Jamiro demonstra um esclarecimento acerca do período vivido e, por isso, tinha seu posicionamento político legítimo, tentando “defender as autoridades constituídas com o sacrifício da própria vida”, segundo defendeu no juramento militar, mas para o momento político vivido foi sinônimo de subversão e indisciplina.

A memória desses militares contrários ao golpe, embora tenham aspectos individuais, fazem parte de um período em que os pesquisados estão sendo perseguidos pelo poder

¹² Entrevista com Jamiro Dias Oliveira realizada em 25 de junho de 2012.

arbitrariamente constituído. Muitos desses atores, mesmo não se encontrando no período da instauração do regime, partilhavam um sentimento de legalidade e de justiça. Dessa forma, os momentos vividos e enfrentados por cada um contribuíram para a constituição das memórias, tanto objetiva, como subjetiva. Por isso, a memória não se forja isoladamente, segundo Ricoeur, “é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma” (RICOEUR, 2007:130-131).

Esse aspecto é pertinente para relacionar essas memórias, notando as particularidades e, sobretudo, o que sobressai delas e se estão relacionadas a uma interpretação mais ampla, condizendo com as experiências dos demais envolvidos que viveram situações históricas semelhantes.

Outro entrevistado com relevante memória para esta pesquisa é o militar Jamil Mota Vasconcelos, cassado na época. Na Base Aérea de Fortaleza presenciou momentos de embates no quartel, quando

um suboficial que eu não estou lembrando o nome dele, saiu da tropa, representado os suboficiais, os cabos, os soldados e os taifeiros colocando-se à disposição dele para dizer que estava “ao lado do comando para o que der e vier”, houve essa frase, “Nós estamos ao lado do governo”, que na época era o João Goulart que ainda não tinha sido deposto.¹³

Sua memória é reveladora para a discussão travada neste artigo e são vivências que permitem melhor entender a da Ditadura Militar no Ceará, pois muitos documentos ainda encontram-se com grandes dificuldades de acesso. Jamil revela um quartel com polos políticos que não era totalmente condescendente com a pressão militar sobre o governo Jango. Como Jamiro, estavam defendendo o juramento e a autoridade constituída, provavelmente havia uma identificação política com as propostas e reformas apresentadas pelo presidente.

¹³ Entrevista realizado com Jamil Mota Vasconcelos em 18 de janeiro de 2013.

São experiências que precisam ser relatadas, por isso, relembra Pierre Nora que “A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993:14), ou seja, é necessário discutir historicamente os militares cassados também como atores históricos. Pois somente recentemente pesquisas demonstram os militares também como atores contrários ao golpe, tratam-se de memórias necessitando de história.

As memórias possuem histórias particulares, entretanto, envolvidas em um contexto social, histórico e político. A ditadura no Brasil foi arrebatadora, exigindo posicionamentos favoráveis ou contrários, havendo uma inevitabilidade de “memória social” nessa configuração histórica, como propõem James Fentress e Chris Wickam, pois “é uma fonte de conhecimento”, dando “também ao grupo matéria de reflexão consciente” (FENTRESS, 1992:42), mesmo essas memórias necessitando de problematizações entre si e com outras fontes oficiais, a “memória social” dos militares podem apresentar histórias reveladoras de maneira que amplie o horizonte da historiografia e das reflexões sobre a Ditadura Militar.

Assim, “não se trata de anedotas, mas de testemunhos”, necessitando de um “processo rigoroso de veracidade e de coerência, essencial para as memórias de nossas sociedades presentes e por vir”, como propõe Arlette Farge. (FARGE, 2011:22) A sugestão do historiador Gisafran Nazareno Mota Jucá é relevante nesse sentido e corrobora com as propostas da historiadora A. Farge, porque “A História é alimentada pela Memória que, por sua vez, constitui uma fonte valiosa à reconstrução do passado”, exigindo também que as memórias sejam apuradas “pelo senso crítico do historiador” (JUCÁ, 2011:42).

A História catalisando as memórias se enriquece, mas é preciso apurá-las, colidi-las entre si e com outros documentos para que se sustentem com pertinência histórica. Esta premissa é um dos caminhos que esta pesquisa pretende trilhar e aos poucos aprofundar os documentos e as histórias desses militares, no sentido de develar suas memórias e enriquecer a discussão sobre a Ditadura Militar no Brasil.

Bibliografia

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo - marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à Anistia*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIIOUX & SIRINELLI (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988.

BRASIL NUNCA MAIS. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

CAPITANI, Avelino Bion. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre, Artes e Ofício, 1997.

CARLONI, Karla Guilherme. *A esquerda militar no Brasil (1955-1964)*, pp.279-306. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v.2)

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

FARIAS, Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972)**. Fortaleza: Livro Técnico, 2007.

FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa, Teorema, 1992.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

_____. *Ditadura Militar e concordata moral*. Revista *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete, Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

GOMES, Angela de Castro. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva *Nelson Werneck Sodré, intelectual engajado*. pp.195-208. In: (orgs.) FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007(As esquerdas no Brasil; v.2).

HOLANDA, João Xavier de. *Polícia Militar do Ceará: origem, memória e projeção*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1987.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana*. 2ª Edição Fortaleza: Editora Primus, 2011.

MACIEL, Wilma Antunes. São Paulo. *Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, 2009.

NORA, Pierre. *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Revista **Projeto História**, nº10. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, Papito de. *Vozes Silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

PEIXOTO, Carlos Antônio. *Exército e política no Brasil: uma crítica aos modelos de interpretação*. In: ROQUIÉ, Alain. **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

THMOSKHENKO, Carlos; MORAIS, Rogério. *Timo-Thmoskhenko: o subversivo que cruzou e fronteira*. Fortaleza: Funcet, 2003.

VASCONCELOS, Claudio Bezerra. “Um provável futuro desajustado”: *As punições aos oficiais subalternos e às praças militares após o golpe de 1964*. Anais das Jornadas de 2007. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.